

A DIFERENÇA QUE A ONTOLOGIA FAZ: INTERGOVERNAMENTALISMO LIBERAL, CONSTRUTIVISMO E INTEGRAÇÃO EUROPEIA

THE DIFFERENCE ONTOLOGY MAKES: LIBERAL INTERGOVERNAMENTALISM, CONSTRUCTIVISM AND EUROPEAN INTEGRATION

Fabiano Mielniczuk¹

RESUMO:

O presente artigo explora o debate entre Intergovernamentalismo Liberal (IL) e Construtivismo sobre as motivações subjacentes ao processo de integração europeia. Após apresentar as posições dos principais autores dessas abordagens, a possibilidade de síntese teórica entre ambas é analisada de um ponto de vista metateórico. Assume-se uma postura cética em relação a essa possibilidade, a partir da compreensão de que os pressupostos ontológicos que fundamentam as teorias restringem o emprego de ferramentas epistemológicas para explicar a realidade. Nesse sentido, a síntese baseada na aplicação de uma epistemologia positivista a partir de uma ontologia construtivista é considerada impossível, e serve apenas para enfraquecer a contribuição original do construtivismo para os estudos de integração.

PALAVRAS-CHAVE:

Integração Europeia; Construtivismo; Intergovernamentalismo Liberal.

ABSTRACT:

The paper explores the debate between Liberal Intergovernmentalism (LI) and Constructivism about the process of European Integration. After presenting the contributions of the most representative authors of these approaches, the possibility of a theoretical synthesis is analyzed from a metatheoretical perspective. The paper advances a skeptical stance toward this possibility, based on the understanding that ontological commitments in which theories are founded constrain the epistemological choices available to make sense of reality. In this sense, a synthesis that suggests the employment of a positivist epistemology to analyze a constructivist ontology is considered to be impossible, and works to weaken the contribution Constructivism has to offer to studies on European integration.

1 Doutor em Relações Internacionais pelo IRI/PUC-Rio, é mestre em Relações Internacionais pelo mesmo Instituto e graduado em Ciências Sociais pela UFRGS. É professor de Relações Internacionais da ESPM-SUL. Diretor da AUDIPLO.

KEY-WORDS:

European Integration; Constructivism; Liberal Intergovernmentalism.

1. Introdução

O presente artigo pretende explorar o debate teórico entre Intergovernamentalismo Liberal (IL) e Construtivismo sobre as motivações subjacentes ao processo de integração europeia. Após apresentar as posições dos principais autores dessas abordagens, a possibilidade de síntese teórica entre ambas é analisada.

Na perspectiva dos que aceitam essa idéia, a teoria sintética resultante agrega valor à análise, na medida em que há abertura para o emprego de aspectos das novas abordagens para explicar a Integração Europeia. Dessa forma, uma síntese teórica é sempre mais completa do que teorias tomadas individualmente, embora alguns ajustes sejam necessários. Essa concepção está em conformidade com a visão de que a realidade empírica é única, objetivamente separada dos observadores, e de que o aprimoramento dos métodos que dão acesso à lógica de funcionamento dessa realidade conduz a melhores teorias. Aqui, o conhecimento é tratado estritamente em um nível epistemológico, a partir de perguntas sobre como é possível comprovar a validade das asserções sobre a realidade comparando os dados empíricos com as previsões teóricas. Ao longo do texto, o leitor perceberá que muitos autores que tomam parte no debate assumem deliberadamente essa postura. Tratar de metateoria, para eles, seria perda de tempo.

O problema é que o IL e o Construtivismo estão assentados sobre bases ontológicas distintas. O mundo que um intergovernamentalista vê não é o mesmo que o de um construtivista. Por isso a síntese é impossível. Para sustentar esse argumento, é necessário discutir os pressupostos dessas abordagens, e comparar se a descrição dos mundos para os quais essas teorias se aplicam são semelhantes. Esse é um movimento eminentemente metateórico, pois se restringe a discutir as teorias a partir de suas propriedades teóricas, e não tendo como base de comparação a realidade empírica. Curiosamente, tal modo de análise ganhou força depois do chamado “terceiro debate” da disciplina, travado entre positivistas e pós-positivistas (Cf. George, 1989; Lapid, 1989). Na esteira do debate, alguns construtivistas importantes sugeririam que os teóricos de RI se preocupassem mais com ontologia, e menos com epistemologia (Cf. Wendt, 1999). Nos estudos de Integração Europeia, parece que essa parte do debate não foi tão absorvida pelos construtivistas do continente quanto pelos anglo-saxões.

O texto está dividido em quatro partes. Na seção 2 é apresentado um resumo dos pressupostos ontológicos do Intergovernamentalismo Liberal (IL), e sua aplicação ao processo de Integração Europeia é ilustrada com alguns exemplos, no intuito de elucidar a epistemologia empregada nas análises. A seção 3 trata do construtivismo social e discute seu emprego nos estudos europeus.

Como a pertinência da abordagem é justificada em comparação ao IL, as semelhanças e diferenças entre as duas são ressaltadas, em níveis ontológicos e epistemológicos. O debate sobre a síntese entre IL e construtivismo é feito na seção 4. Nele, é exposto o argumento do artigo: ao invés de enriquecer as análises sobre a Integração Europeia, uma síntese teórica levaria ao empobrecimento da capacidade de entendê-la. Na seção 5 são tecidos alguns comentários sobre as consequências práticas do argumento.

2. O Intergovernamentalismo Liberal e os Estudos de Integração Europeia

O principal expoente do Intergovernamentalismo Liberal, e talvez único, segundo a avaliação de alguns europeianistas (Schimmelfennig, 2004; Diez, 1999a), é Andrew Moravcsik (Moravcsik, 1993). De modo mais amplo, sua contribuição para as Relações Internacionais é a tentativa de reformular a teoria liberal em bases “não ideológicas” e “não utópicas,” tendo em vista que as abordagens liberais clássicas ou teleológicas não se enquadram nos critérios científicos de parcimônia, coerência, adequação empírica e consistência multicausal. O fundamento de sua nova teoria liberal é a centralidade das relações entre sociedade e Estado para a política mundial. A partir dessa importância, são elaborados três pressupostos - sobre a natureza dos atores sociais, do Estado e do sistema internacional - e, com base neles, propostas três formulações teóricas: liberalismo ideacional, liberalismo comercial e liberalismo republicano (Moravcsik, 1997, p. 514-515).

Para além das especificidades de cada vertente do liberalismo Moravcsikiano, o importante são seus pressupostos, pois eles indicam com precisão a ontologia racionalista na qual sua teoria está assentada. O primeiro pressuposto afirma a primazia dos atores sociais (indivíduos ou grupos sociais) como agentes da política internacional. Esses, por sua vez, são definidos como “(...) racionais e avessos ao risco, na média, que organizam trocas e participam da ação coletiva de modo a promover interesses diferenciados sob as restrições impostas pela escassez material, por valores conflitantes e por variações nas influências sociais” (Moravcsik, 1997, p. 516). Assume-se que os Estados representam legitimamente os interesses da sociedade, interesses estabelecidos nas disputas entre indivíduos e grupos de pressão. Por definição, as preferências dos Estados são “(...) causalmente independentes de outros atores e, portanto, anteriores a interações interestatais específicas” (Moravcsik, 1997, p. 519). Já o sistema internacional é interdependente, e a sua configuração responsável por determinar o comportamento dos Estados. Por interdependência o autor entende “(...) o conjunto de custos e benefícios criados por sociedades estrangeiras quando grupos sociais dominantes buscam realizar suas preferências, ou seja, o padrão de externalidades transnacionais que resulta das tentativas de perseguir propósitos nacionais distintos” (Moravcsik, 1997, p. 520).

Aplicado à Europa, o IL trata a integração como uma instância da política internacional, na qual os Estados interagem em um ambiente anárquico por intermédio de negociações entre os governos, e suas explicações são dadas a partir da ontologia racionalista exposta acima, com os atores sociais agindo para maximizar a utilidade de suas escolhas em virtude de seus interesses. De modo resumido, a análise teórica do IL pode ser apresentada em três níveis de abstração: a formação de preferências dos Estados, as barganhas intergovernamentais e as instituições europeias resultantes (Schimmelfennig, 2004). Em primeiro lugar, a formação das preferências estatais é determinada pela disputa entre grupos econômicos, pois se assume que motivações econômicas são os aspectos mais importantes do processo de integração, o que implica relegar explicações ideológicas e geopolíticas a um papel secundário. Posteriormente, as barganhas intergovernamentais são realizadas para superar os problemas de ação coletiva quando a interação egoísta produz resultados subótimos. Nesse processo, o que conta é o poder de cada Estado, medido em termos da distribuição assimétrica de informação e das opções de se retirar das negociações. Acredita-se que as negociações mais importantes envolvam a distribuição dos benefícios gerados pela cooperação, o que no jargão da teoria da escolha racional é chamado de problemas de segunda ordem, e não a superação dos problemas de cooperação, conhecidos como de primeira ordem. Devido a isso, as instituições europeias fortalecem o papel dos Estados, pois os governos não dependem delas para resolver os problemas de cooperação, mas podem utilizá-las para resolver os problemas de controle e distribuição, com a prerrogativa de transferir para as instituições supranacionais a responsabilidade quando atores sociais domésticos exigirem medidas que protejam seus interesses específicos (Schimmelfennig, 2004, p. 76-80).

Dois exemplos ilustram a abordagem. Ao analisar o Ato Único Europeu, conclui-se que sua causa não decorreu da ação de atores supranacionais, como as explicações tradicionais o retratavam, mas de negociações intergovernamentais impulsionadas pela ameaça de França e Alemanha em continuar o processo de integração sem a Inglaterra. Por sua vez, isso só foi possível devido à mudança prévia do governo socialista francês em relação à sua política econômica (Moravcsik, 1991). Em relação ao Tratado de Maastrich, o IL sustenta ser possível explicar os resultados das negociações quando se considera que as preferências dos Estados foram determinadas pela importância de alguns assuntos para atores sociais específicos, que as barganhas foram realizadas em um ambiente assimétrico e que nas negociações os Estados almejavam um desenho institucional que garantisse a aplicação do acordado. Dadas às diferenças nas preferências dos Estados frente aos inúmeros assuntos discutidos e às distintas capacidades de barganha, os resultados institucionais das negociações foram modestos (Moravcsik e Nicolaidis, 1999).

Em termos epistemológicos, Moravcsik (1999) defende que a ciência social deve ser conduzida por intermédio do exercício da autocrítica, o qual está fundado na preocupação com o emprego do método científico, com a formulação de hipóteses e o contraste com as evidências *ex ante*, para validar as relações de causalidade estabelecidas entre a teoria e os fenômenos empíricos. Nesse sentido, a teoria é vista como uma ferramenta para aproximar o analista da realidade histórica (Moravcsik, 1999, p. 389). É com base nessa visão que o autor se defende das críticas de que suas previsões a respeito dos interesses econômicos dos governos não passam de explicações *ex post facto*, enviesadas pelos dados empíricos escolhidos para análise (Diez, 1999a; Schimmelfennig, 2004). Para Moravcsik, suas conclusões são previsões que sua teoria estrutural de formulação das preferências sugere a partir da análise de variáveis como fluxo de comércio, inflação e competitividade (Moravcsik, 1999, p. 377). Do lado do institucionalismo histórico, há a crítica de que o IL omite o papel que o peso do *feedback* institucional desempenha na formulação das preferências. Em resposta, o autor enfatiza que os interesses de setores econômicos distintos influenciam a formação das preferências governamentais em decorrência de sua posição estrutural nos mercados globais. Por isso, o *feedback* (o termo será tratado mais adiante) existe, mas ele é determinado pela transformação da economia global, e não pela adoção de novas identidades (Moravcsik, 1999, p. 382).

Percebe-se que o IL está assentado sobre uma ontologia racionalista, que parte de atores que maximizam seus ganhos de acordo com seus interesses egoístas e pressionam os governos a agirem de modo semelhante nas barganhas com os outros Estados. A origem dos interesses reside na posição que os atores ocupam na economia global, e a transformação em preferências estatais será determinada pelos arranjos políticos domésticos; por isso a formação das preferências é exógena. Epistemologicamente, o critério de verdade para as asserções teóricas é a correspondência com os dados empíricos, demonstrada por meio da especificação precisa dos mecanismos causais que determinam os rumos do processo de integração.

3. O Construtivismo e os Estudos de Integração Europeia

De modo geral, três características são citadas pelos estudiosos da integração europeia para definir o construtivismo. A primeira é que a realidade é socialmente construída (Risse, 2004; Checkel, 1998; Christiansen, Jorgensen e Wiener, 1999). Isso implica que as estruturas materiais possuem significado apenas por intermédio do contexto social em que estão inseridas (Checkel, 1998, p. 325). A segunda característica diz respeito à interação entre agentes e estrutura. Para os construtivistas, o ambiente é responsável pela definição dos interesses dos agentes, o que ocorre por meio da constituição mútua na relação agente-estrutura.

Nesse sentido, não há antecedência ontológica entre os termos do binômio. Assim, é possível afirmar que o construtivismo baseia-se em “uma ontologia social que insiste que os agentes humanos não existem independentemente de seu ambiente social e de seus sistemas de significados coletivamente compartilhados” (Risse, 2004, p. 160). O terceiro aspecto é a preocupação com as práticas discursivas, uma vez que é por intermédio do discurso que os agentes conferem significado ao mundo. Por exemplo, os adeptos da racionalidade argumentativa sustentam que as preferências dos agentes podem ser alteradas durante o processo de interação (Risse, 2004, p. 165), e inúmeros estudiosos apontam o papel dos discursos na construção de um vocabulário próprio que constitui uma organização como a União Europeia (Christiansen, Jorgensen e Wiener, 1999, p. 541).

Dessa forma, os autores apresentam uma figura bastante fidedigna da abordagem construtivista conhecida na área de Relações Internacionais, pelo menos em sua vertente moderada. Todavia, ela não indica qual a relevância de sua incorporação aos estudos sobre a integração europeia. Para isso é necessário delimitar o significado que o termo assume para esse tipo de estudo. Essa definição pode ser feita pela análise de dois elementos recorrentes em seus textos. Em primeiro lugar, deve-se mencionar a inovação que o construtivismo social representa para uma área dominada por “debates estéreis e com foco bastante limitado entre neofuncionalismo e (liberal) intergovernamentalismo” (Risse, 2004, p.159). Assim, aspectos até então desconsiderados pelos racionalistas podem ser tratados pelos construtivistas, principalmente no que se refere à formação das preferências dos agentes e às limitações racionalistas em explicar mudanças a partir de preferências pré-estabelecidas, dois temas centrais nas abordagens construtivistas sobre a formação de identidades e interesses. Em termos práticos, e apesar da ressalva de Checkel (1998) de que falta uma teoria da agência à abordagem, os construtivistas tratam o processo de integração como uma via de mão dupla: a construção institucional parte dos Estados para definir a identidade da União Europeia e retorna para realimentar (*feedback*) a própria identidade e os interesses desses Estados (Risse, 2004, p. 162).

Portanto, o primeiro elemento se refere aos efeitos benéficos que a ontologia construtivista introduz na área de estudos de integração. Vale ressaltar que o mundo racionalista não é o mesmo que o construtivista. Como foi visto, para os racionalistas, a realidade é material, e as preferências são definidas pelas recompensas que ganhos dessa natureza proporcionam aos agentes, motivados por cálculos de custo-benefício. A aceitação desse mundo limita as possibilidades analíticas dos pesquisadores. Por isso o novo mundo construtivista parece mais promissor. O argumento é ilustrado pelas justificativas de Christiansen, Jorgensen e Wiener (1999) sobre a relevância do construtivismo para os estudos de integração europeia. Os autores afirmam que as realidades sociais afirmadas pela ontologia

construtivista existem apenas por intermédio do entendimento intersubjetivo entre indivíduos, e são, portanto, mais voláteis quando comparadas à realidade material. Em decorrência, a abordagem se adequaria ao estudo do processo de integração europeia, notável por suas mudanças de rumo ao longo da história. Além disso, a ontologia construtivista permite incluir áreas bastante distintas da realidade internacional em um mesmo arcabouço teórico, representando a possibilidade de diálogo entre algumas subáreas que compõem tradicionalmente os estudos sobre a União Europeia. Finalmente, por ser uma teoria social que se aplica às várias disciplinas, o construtivismo permite superar diferenças de enfoque entre as abordagens de Relações Internacionais, Ciência Política e Estudos Europeus sobre o processo de integração (Christiansen, Jorgensen e Wiener, 1999, p. 530-531).

O segundo elemento é que a maioria dos construtivistas da integração se define em oposição ao racionalismo quanto ao caráter agente-centrado do individualismo metodológico que o fundamenta, e não em relação à epistemologia positivista utilizada (empiricismo, explicação por meio de relações causais, etc.). Negar o individualismo metodológico permite considerar o papel das normas na formação das preferências dos agentes. Assim, Risse (2004, p. 164) e Checkel (1998, p. 326) afirmam que os agentes se comportam de acordo com a lógica da apropriação, isto é, fazem o que é mais adequado ao contexto da interação, ao mesmo tempo em que não descartam que suas análises devam demonstrar causalmente como ocorre esse processo. Portanto, há conformidade entre os autores no papel complementar que o construtivismo pode desempenhar nos estudos de integração, mesmo com uma ontologia diferente da racionalista. É a preocupação com a causalidade e o empiricismo que torna possível afirmar que o construtivismo ocupa o *middle ground* ontológico entre individualismo e estruturalismo (Risse, 2004, p. 161), entre racionalistas e pós-modernos (Checkel, 1998, p. 327) ou entre racionalistas e reflexivistas (Christiansen, Jorgensen e Wiener, 1999, p. 532-543). Adotando uma perspectiva moderada, os construtivistas da integração europeia assumem que a divergência entre sua abordagem e o racionalismo não é epistemológica, mas ontológica.

Alguns exemplos ilustram como uma ontologia construtivista pode ser analisada a partir de estratégias epistemológicas empregadas por racionalistas. Schimmelfennig (2002) emprega o método estatístico de análise histórica de eventos para testar a hipótese de que quanto maior a aceitação das normas liberais pelos Estados não membros da União Europeia, maior a probabilidade de ingresso na organização. O mecanismo causal por trás da relação é a ação retórica de alguns Estados membros favoráveis à expansão. Aliando seus interesses ao padrão de legitimidade estabelecido pelas normas que conferem identidade à organização, esses Estados criam uma armadilha para os membros

contrários ao alargamento: acusam-nos de, ao negar acesso aos candidatos, negar a própria identidade. A obediência aos padrões de legitimidade é garantida pela ameaça de desmoralização dos membros que caírem em contradição defendendo seus interesses particulares em detrimento da identidade coletiva. Aqui, os pressupostos envolvendo cálculo racional e defesa egoísta de interesses pré-estabelecidos contribuem para a construção intersubjetiva da União Europeia (Schimmelfennig, 2001).

Já Checkel (1999) pretende aperfeiçoar a abordagem construtivista, pois essa valoriza excessivamente o papel constitutivo das normas nas identidades dos agentes e, em decorrência, não oferece uma teoria da agência capaz de demonstrar o vetor causal presente no sentido inverso (Checkel, 1998, p. 339). O autor elabora um quadro analítico a partir de hipóteses sobre a situação de interação entre os agentes e a probabilidade de difusão de aprendizado. Com isso busca determinar, com base nas evidências empíricas, como a constituição das normas também é determinada pela agência (Checkel, 1999, p. 549-550). Metodologicamente, sua análise se utiliza da técnica de *process tracing*, ponderada pelo uso de contrafactuais. Para verificar a adequação entre dados empíricos e as previsões teóricas são realizadas entrevistas, análise qualitativa de conteúdos de mídia e pesquisa em documentos oficiais. Esses procedimentos são necessários para mensurar a veracidade das informações coletadas junto aos informantes (Checkel e Moravcsik, 2001).

A análise de Marcussen et al. (1999) é outro exemplo de uma opção analítica que engloba a ontologia construtivista e a epistemologia racionalista. Os autores pretendem explicar as causas das diferentes identidades de França, Alemanha e Inglaterra em relação ao projeto de integração europeu. Para tanto, elaboram um modelo de análise fundado em três pressupostos, que juntos conferem sentido à análise empírica da constituição mútua entre agente e estrutura. Em primeiro lugar, novas identidades só possuem chances de prosperar quando introduzidas em um ambiente institucional que as aceite como legítimas. Em segundo lugar, é necessário que exista uma conjuntura de crise para que as elites decidam, por intermédio de uma manipulação instrumentalmente orientada, os discursos que constituem a nova identidade do Estado. Por fim, quando há consenso sobre a nova identidade, ela é institucionalizada, o que dificulta a possibilidade de novas mudanças (Marcussen et. al., 1999, p. 615). Além do caráter estratégico presente no processo de escolha das identidades pelas elites, outra semelhança com a epistemologia racionalista é percebida pelo tratamento conferido aos discursos: eles retratam de modo objetivo uma realidade construída intersubjetivamente. Nesse sentido, os discursos refletem a realidade, e não a constroem, e sua análise empírica permite localizar temporalmente a mudança de identidades e demonstrar suas consequências.

Uma ressalva se faz necessária. Nem todos os construtivistas da integração europeia aceitam a junção analítica entre uma ontologia construtivista e uma epistemologia racionalista. Porém, todos acreditam que a ontologia construtivista oferece um ponto de vista privilegiado para os estudiosos da área. Para citar um exemplo, Diez (1999) adota uma ontologia construtivista e uma epistemologia pós-estruturalista, ao tratar os discursos como ferramentas de construção da realidade, e não de descrição. Nesse sentido, eles não são a causa dos fenômenos, mas delimitam as fronteiras dos eventos possíveis; não faz sentido, portanto, procurar por relações causais entre eles. Todavia, seu construtivismo discursivo é justificado como uma tentativa de preencher uma lacuna nos estudos sobre a integração, a saber, a falta de atenção sobre o poder da linguagem na constituição da Europa. Isso indica que, para o autor, a ontologia construtivista é mais completa que a racionalista, e é mais bem compreendida a partir de uma epistemologia não positivista. De modo geral, o mesmo pode ser dito de Shaw (1999). Assim, é possível complementar Smith (1999, p. 682) quando sustenta que as diferentes abordagens construtivistas possuem em comum apenas sua oposição à ontologia racionalista: elas também compartilham a crença de que a ontologia construtivista é mais completa para quem pretende entender/explicar o processo de integração da Europa.

Em suma, o construtivismo dos “europeanistas” é definido a partir de três aspectos: 1) a realidade é socialmente construída; 2) a relação entre agente e estrutura é de constituição mútua; 3) os discursos desempenham um papel fundamental para a análise. Outras duas características marcam a aplicação do construtivismo aos estudos europeus. Em primeiro lugar, os construtivistas acreditam que a abordagem oferece uma ontologia mais completa que a ontologia racionalista, pois a Europa enxergada pelo prisma construtivista oferece respostas a perguntas que os racionalistas sequer formulam. O problema da origem da formação das preferências entre os agentes é recorrentemente citado como prova dessa “superioridade”. Em segundo lugar, a maioria dos construtivistas aceita conduzir análises baseadas em uma ontologia construtivista a partir de uma epistemologia racionalista. É com esse grupo que o IL estabelece o debate sobre uma síntese entre as duas abordagens.

4. Síntese teórica?

Pelo que foi exposto nas seções anteriores, é possível elaborar um quadro situando as contribuições do IL e do Construtivismo para o estudo da integração europeia, a partir de duas dimensões, uma ontológica e outra epistemológica. No eixo ontológico, o racionalista afirma que o processo de integração é constituído por atores egoístas, cujas preferências são estabelecidas independentemente dos outros atores e são motivadas por interesses materiais derivados de preocupações

com perdas e ganhos econômicos. O que conta é aquilo que os atores fazem, e não aquilo que falam. Já o construtivismo sustenta que as motivações dos atores também são, além de materiais, socialmente determinadas e que as preferências são definidas no processo de interação, do mesmo modo que suas identidades (coconstituição). O que os atores falam importa, pois os discursos são ferramentas importantes para conferir significado à realidade social. No eixo epistemológico, os positivistas defendem que a boa teoria é aquela que oferece condições para a formulação de hipóteses que possam ser testadas empiricamente. Além disso, dada à necessidade de adequação entre as previsões teóricas e os dados empíricos, ela deve identificar com precisão os mecanismos causais que atuam sobre os eventos e determinam sua capacidade preditiva. O positivismo também advoga a separação entre fato e valor e sujeito e objeto, o que implica que o universo empírico possui uma lógica própria que só pode ser entendida a partir de teorias científicas. Já a epistemologia não positivista não se preocupa com relações de causalidade e muito menos com a comprovação empírica das formulações teóricas. Nesse tipo de abordagem, todos os dados são determinados teoricamente, pois não há separação entre sujeito e objeto, nem entre fato e valor (Neufeld, 1995). A Figura 1 localiza os autores citados até aqui nessas duas dimensões.

Figura 1 – Contribuições do IL e do Construtivismo ao Processo de Integração da Europa

	Ontologia Racionalista	Ontologia Construtivista
Epistemologia Positivista	A Moravcsik Moravcsik e Nicolaidis	B Risse Checkel Schimmelfenig Christiansen, Jorgensen e Wiener Marcussen et. al.
Epistemologia Não Positivista	D	C Diez Shaw

De modo geral, a posição do IL sobre a possibilidade de síntese teórica é clara. Para Moravcsik (2003), ela é desejável e constitui as Relações Internacionais enquanto Ciência Social progressiva. Por isso mesmo não é contraditório sustentar que a realidade é complexa demais para ser explicada de modo unicausal, e

defender a síntese teórica. Já sua validação ocorreria por intermédio de análises empíricas, como quando se testa a validade de uma única teoria. Portanto, sua posição é fundamentada a partir da concepção de que as Ciências Sociais se ocupam de relações de causalidade verificáveis empiricamente. Segundo o autor, essa é a concepção weberiana de discurso científico, cujo propósito é aprimorar a compreensão sobre padrões de causa e efeito e sua relação com o mundo empírico e distanciar o cientista do político, do filósofo e do artista (Moravcsik, 2003, p. 131-133).

Como consequência Moravcsik (1999, p. 389) afirma que um tipo de teoria crítica com viés estritamente pós-moderno não permite crítica sistemática, pois o contraste entre as afirmações teóricas sobre o mundo empírico e o próprio não é considerado, em uma referência explícita a Diez (1999a). Essa afirmação descarta a possibilidade de síntese entre o IL e as abordagens compreendidas no quadrante C da Figura 1. Restam as abordagens do quadrante B. De fato, a maioria dos autores que aceitam uma ontologia construtivista e uma epistemologia positivista acredita na possibilidade de síntese (Checkel, 2000; Schimmelfennig, 2004, p. 92-93; Risse, 2004, p. 175). Conforme demonstrado na seção anterior, o construtivismo complementariza o IL nas questões não respondidas por ele em razão das limitações de sua ontologia racionalista, sendo a formação das preferências o exemplo emblemático. O problema é que a aceitação de seu caráter complementar, que no primeiro momento parece indicar a superioridade do construtivismo *vis-à-vis* o IL, o coloca em uma situação de submissão aos critérios de validação do conhecimento aceitos pelos racionalistas. Isso fica explícito no debate entre Moravcsik (1999), Checkel (2000) e Checkel e Moravcsik (2001).

Ao criticar o construtivismo aplicado aos estudos de integração europeia, Moravcsik (1999, p. 670-671) afirma que ele pode ser reduzido à pretensão de comprovar duas proposições: em primeiro lugar, que as elites governamentais definem seus interesses de acordo com o que é mais consistente com idéias e discursos compartilhados coletivamente, os quais não são reduzidos a interesses materiais e, em segundo, que as ideias e os discursos compartilhados coletivamente mudam apenas em situações de crise. De acordo com o autor, para que as proposições sejam consideradas verdadeiras, elas precisam ser verificadas empiricamente. Para isso, seria necessário que existissem mecanismos causais que demonstrassem, em relação à primeira proposição, “*quais* processos de escolha de políticas e definição de interesses ocorrem (...) a fim de se pronunciar sobre *quais* ideias e discursos influenciam (ou não) *quais* políticas sob *quais* circunstâncias” e, em relação à segunda, “*quais* crises políticas levam a mudanças em *quais* ideias e discursos sob *quais* circunstâncias” (Moravcsik, 1999, p. 671). Ele é bastante categórico ao afirmar que os construtivistas falham em especificar esses mecanismos. Subentende-se, em seu argumento, que isso ocorre devido ao

medo de colocar suas teorias à prova e perceber que teorias racionalistas, dentre as quais o IL, explicam melhor essas relações do que o construtivismo. Para tanto, os construtivistas distorcem a capacidade analítica das teorias concorrentes, pois qualquer teoria é imbatível quando comparada com “espantalhos.” A fixação de Moravcsik em mecanismos causais e na comprovação empírica é tão intensa que ele chega a admoestar Diez (1999b) por não considerá-los em sua abordagem (pós-estruturalista) sobre discursos! O autor afirma ser mais fácil para os construtivistas buscar abrigo em discussões meteóricas.

“Philosophical speculation is being employed not to refine and sharpen concrete concepts, hypotheses, and methods, but to shield empirical conjectures from empirical testing. Meta-theoretical musing does not establish but evades points of direct empirical conflict between sophisticated rationalist and constructivist theories. Abstract discussions of competing modes of positivism, ideational causality, rationalist explanation, the relationship between agents and structures, often serve as principled excuses for not engaging in competitive theory testing. At the very least, such speculation expends a great deal of time, effort, and space that might have been devoted to the elaboration of concrete concepts, theories, hypotheses, and methods.” (Moravcsik, 1999, p. 678-679)

Portanto, o IL se nega a discutir os aspectos relacionados à ontologia, único ponto sobre o qual os construtivistas são unânimes quanto à capacidade superior de sua abordagem, e mantêm a discussão restrita a um debate sobre epistemologia positivista, aspecto compartilhado apenas pelos construtivistas moderados. Dessa forma, Moravcsik desqualifica o que há de mais promissor na abordagem e impõe os termos do debate sobre o que é a maior fraqueza do construtivismo, a saber, o não reconhecimento da incompatibilidade entre a ontologia construtivista e a epistemologia positivista.

O argumento que se pretende avançar baseia-se em Smith (1996, p. 18), para quem a epistemologia é importante porque determina o que é aceito ontologicamente, ao mesmo tempo em que a ontologia determina o que é aceito epistemologicamente. Há apenas uma pequena mudança de ênfase no uso dessa relação. Enquanto Smith (1996, p. 11) está preocupado em demonstrar como a epistemologia delimita os contornos da ontologia, aqui se propõe a discussão inversa: os efeitos da escolha de uma ontologia particular sobre as opções epistemológicas. O argumento é o seguinte: uma vez que a realidade é socialmente construída, o construtivismo deve aceitar que há conformidade intrínseca entre as propriedades ontológicas que definem o objeto de estudo e as ferramentas conceituais utilizadas para validar o conhecimento acerca desse objeto, pois ambos são criados, mantidos ou alterados em função das práticas sociais dos agentes. Por conseguinte, não é possível encontrar relações causais em um mundo fundado sobre relações de coconstituição. Se o argumento for levado às suas últimas consequências, é possível entender, também, a conformidade entre

a ontologia racionalista e a epistemologia positivista do IL. O mundo racionalista pressupõe uma série de relações causais, na medida em que está assentado na noção de cálculo instrumental, uma vez que relações de custo e benefício são, por sua natureza, estimativas de causa e efeito utilizadas pelos atores no processo de definição de suas preferências. Isso ocorre porque o pressuposto da racionalidade organiza a realidade a partir de uma concepção de tempo que privilegia a sequência (lógica da consequência) em oposição à simultaneidade (lógica da apropriação). Portanto, da mesma forma que a ontologia construtivista pressupõe o emprego de uma epistemologia não positivista, uma ontologia racionalista demanda explicações causais. Essa é a diferença que a ontologia faz.

O que ocorre no debate entre IL e construtivistas é que o emprego forçado de uma epistemologia positivista leva os próprios construtivistas ao abandono de sua ontologia. Isso fica bastante claro em Checkel (1998, p. 335), para quem é necessário identificar com precisão quais são os fatores causais que atuam nos dois sentidos da relação de coconstituição entre agente e estrutura. Essa tentativa está fadada ao fracasso, pois relações de coconstituição ocorrem simultaneamente no tempo, ao passo que as relações causais pressupõem que a causa anteceda o efeito. Uma alternativa viável é recorrer à técnica dos parênteses como recurso metodológico: colocar entre parênteses a estrutura ao se estudar a agência, e fazer o mesmo com a agência ao se tratar da estrutura (Cf. Wendt, 1987; Dessler, 1989; para a crítica, Carlsnaes, 1992). Todavia, para um autor que condena a abstração dos debates teóricos e acredita que as análises devem ser orientadas por problemas empíricos (Checkel, 1999, p. 546), tal solução seria por demais metateórica. Por isso, as tentativas de conferir cientificidade ao construtivismo por intermédio de uma epistemologia positivista são descartadas com o argumento de que elas reproduzem as explicações racionalistas de modo empobrecido (Checkel e Moravcsik, 2001, p. 239). Essa afirmação só se sustenta quando há uma única base ontológica em comum, o que evidencia a transmutação da ontologia construtivista em uma racionalista. Essa é a violência que a epistemologia comete.

5. Conclusão: a diferença que a ontologia faz

Em uma área de conhecimento na qual debates metateóricos são vistos com desconfiança, talvez o melhor indício sobre os efeitos que as escolhas ontológicas exercem sobre as opções epistemológicas esteja na inexistência de abordagens que pressuponham uma ontologia racionalista e aceitem uma epistemologia não positivista (quadrante D da Figura 1). Se o argumento exposto nesse *paper* estiver correto - que as escolhas epistemológicas devem estar em conformidade com a ontologia que fundamenta a análise - essa ausência é resultado da incompatibilidade entre ambas. Parece evidente que as ferramentas de análise pós-positivistas não foram talhadas para compreender o mundo racionalista. Aliás, o

argumento mais forte a favor de análises dessa natureza é que elas evidenciam o que geralmente é deixado de lado pelas abordagens tradicionais. Todavia, se essa é a explicação mais adequada, seguindo o princípio de correspondência entre ontologia e epistemologia, o quadrante B, onde está localizada a maior parte dos construtivistas dos estudos europeus, também deveria estar vazio. Mas esse não é o caso. Por quê?

A resposta segue o argumento de Smith (1996). Contra as pretensões de neutralidade axiológica dos racionalistas, as teorias influenciam a prática política, pois na medida em que se estabelecem como referência para estudar a “realidade objetiva”, limitam aquilo que pode ser tratado nos debates acadêmicos. Nesse sentido, “as teorias não preveem ou explicam simplesmente, elas nos dizem quais as possibilidades existem para a ação e intervenção humana; elas não definem apenas nossas possibilidades de explicação, mas também nossos horizontes éticos e práticos.” (Smith, 1996, p. 13). Dessa forma, ciência e política se fundem, em uma disputa para definir os contornos do que é legítimo no âmbito acadêmico. A falta de compreensão dessa dinâmica levou os construtivistas a procurarem relações causais onde elas não existiam, na busca por legitimidade em uma área de conhecimento dominada pela epistemologia positivista. O resultado foi o empobrecimento da análise e o abandono, ou deformação, de sua maior contribuição: uma nova ontologia para os estudos de integração. Posto dessa maneira, a ideia central do debate entre IL e construtivismo é falsa. Não se trata de uma discussão sobre síntese, mas de submissão.

Dois resultados práticos decorrem do argumento. Em primeiro lugar, deve-se aceitar o pluralismo teórico e abandonar as pretensões de síntese, pois elas são, na verdade, tentativas de imposição e manutenção de discursos hegemônicos no âmbito acadêmico, revestidas de cientificismo e neutralidade. O segundo resultado prático é inverter as suspeitas levantadas sobre discussões metateóricas. Se há algo que desperta desconfiança, as suspeitas recaem sobre as análises que insistem na evidência empírica e nas relações de causalidade como critérios para validação do conhecimento. Esse resultado vai de encontro ao consenso de Checkel e Moravcsik (2001) sobre a necessidade de retirar a discussão das “nuvens metateóricas” e trazê-la para terra firme, de modo que haja um fundamento empírico para as afirmações a respeito das qualidades teóricas do IL e do construtivismo. O presente artigo oferece um argumento para que o debate continue sendo metateórico, na crença de que do alto se enxerga mais longe.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARLSNAES, W. (1992), "The Agency-Structure Problem in Foreign Policy Analysis." *International Studies Quarterly*, 36, 3, 245-270.

CHECKEL, J. (1998), "The Constructivist Turn in International Relations Theory." *World Politics*, 50, 2, 324-348.

_____. (2000), "Bridging the Rational-Choice / Constructivist Gap? Theorizing Social Interaction in European Institutions," *ARENA Working Papers*, no 11. Disponível em: http://www.arena.uio.no/publications/working-papers2000/papers/wp00_11.htm

_____. (1999), "Social Construction and Integration." *Journal of European Public Policy*, 6, 4, 545-60.

_____. & Moravcsik, A. (2001), "A Constructivist Research Program in EU Studies?" *European Union Politics*, 2, 2, 219-249.

CHRISTIANSEN, T.; JORGENSEN, K. & WIENER, A. (1999), "The social construction of Europe." *Journal of European Public Policy*, 6, 4, 528-544.

DESSLER, D. (1989), "What's at Stake in the Agent-Structure Debate?" *International Organization*, 43, 3, 441-473.

DIEZ, T. (1999a), "Riding the AM-track through Europe; or, The Pitfalls of a Rationalist Journey Through European Integration." *Millennium: Journal of International Studies*, 28, 2, 355-370.

_____. (1999b), "Speaking 'Europe': the politics of integration discourse." *Journal of European Public Policy*, 6, 4, 598-613.

GEORGE, J. (1989), "International Relations and the Search for Thinking Space: Another View of the Third Debate." *International Studies Quarterly*, 33, 3, 269-279.

LAPID, Y. (1989), "The Third Debate: On the Prospects of International Theory in a Post-Positivist Era." *International Studies Quarterly*, 33, 3, 235-254.

MARCUSSEN, M.; RISSE, T.; ENGELMANN-MARTIN, D.; KNOPE, H.; ROSCHER, K. (1999), "Constructing Europe? The evolution of French, British and German nation state identities." *Journal of European Public Policy Special Issue*, 6, 4, 614-633.

MORAVCSIK, A. (1993), "Preferences and Power in the European Community: A Liberal Intergovernmentalist Approach." *Journal of Common Market Studies*, 31, 4, 473-524.

_____. (1991), "Negotiating the Single European Act: National Interests and Conventional Statecraft in the European Community." *International Organization*, 45, 1, 19-56.

_____. (1997), "Taking Preferences Seriously: A Liberal Theory of International Politics." *International Organization*, 51, 4, 513-553.

_____. (1999), "The Future of European Integration Studies: Social Science or Social Theory?" *Millennium: Journal of International Studies*, 28, 2, 371-391.

_____. (2003), "Theory Synthesis in International Relations: Real Not Metaphysical." *International Studies Review*, 5, 1, 131-136.

_____. (1999), "Is something rotten in the state of Denmark?' Constructivism and European integration." *Journal of European Public Policy*, 6, 4, 669- 81.

_____ & Nicolaidis, K. (1999), "Explaining the Treaty of Amsterdam: Interests, Influence, Institutions." *JCMS: Journal of Common Market Studies*, 37, 1, 59-85.

Neufeld, M. (1995), *The Restructuring of International Relations Theory*. Cambridge: Cambridge University Press.

RISSE, T. (2004), "Social Constructivism and European Integration." In: Weiner, A. & Diez, T. (Orgs.). *European Integration Theory*. Oxford: Oxford University Press.

SCHIMMELFENNIG, F. (2001), "The Community Trap: Liberal Norms, Rhetorical Action, and the Eastern Enlargement of the European Union." *International Organization*, 55, 1, 47-80.

_____. (2002), "Liberal community and enlargement: an event history analysis." *Journal of European Public Policy*, 9, 4, 598-626.

_____. (2004), "Liberal Intergovernmentalism," In: Weiner, A. & Diez, T. (Orgs.) *European Integration Theory*. Oxford: Oxford University Press.

SHAW, J. (1999), "Postnational constitutionalism in the European Union." *Journal of European Public Policy*, 6, 4, 579-597.

SMITH, S. (1996), "Positivism and beyond." In: Smith, S. & Booth, K. & Zalewski, M. (orgs.). *International Theory: Positivism and Beyond*. Cambridge: Cambridge University Press.

_____. (1999), "Social constructivisms and European studies: a reflectivist critique." *Journal of European Public Policy*, 6, 4, 682-691.

WENDT, A. (1987), "The Agent-Structure Problem in International Relations Theory." *International Organization*, 41, 3, 335-370.

_____. (1999), *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.

Recebido em Maio de 2015
Aprovado em Junho de 2015